



Sessão Especial Subárea 2 (Gts 03,06,18,21,22,23)

CONTEXTO NACIONAL E AS EXIGÊNCIAS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Conceição Paludo¹ - UFRGS

Resumo

Neste artigo, tendo como apoio estudos e pesquisas que venho realizando, assim como revisão bibliográfica, pretendo contribuir para a análise da atualidade brasileira e pontuar alguns desafios para a pesquisa em Educação. O que se realiza a partir da perspectiva teórico metodológica do materialismo histórico dialético. Conclui-se que alguns dos desafios centrais para o pesquisador, notadamente na grande área das ciências humanas, na qual se inclui a Educação, são: revisão do referencial teórico e metodológico; a necessidade de debruçar-se sobre a teoria, revendo conceitos e categorias fundamentais para a análise da realidade; assumir a perspectiva da defesa radical da sociedade; articular-se em redes; aproximar-se dos extratos populares; denunciar retrocessos e anunciar possibilidades. Enfim, assumir a dimensão política do pensar e fazer pesquisas.

Palavras-chave: contexto, Brasil, pesquisa, desafios

NATIONAL CONTEXT AND REQUIREMENTS FOR EDUCATION RESEARCH

Abstract

In this article, supported by research and studies, as well as literature review it is intended to contribute to analyze the Brazilian reality and emphasize the challenges in education research which is achieved from a theoretical-methodological perspective of historical dialectical materialism. We concluded that the main challenges for researchers, in the wide area of Humanities in which Education is included, are: the review of theoretical and methodological frame of reference; the necessity of extensive readings, reviewing concepts to analyze the reality; the commitment to radical defense of society; the movement between networks; the approximation of lower classes; the exposure of regressions and the announcement of possibilities. At last: to assume the political dimension of thinking and research.

Key-words: context, Brazil, research, challenges.

¹ Conceição Paludo é doutora em Educação pela Universidade federal do Rio Grande do Sul e trabalha nessa mesma Universidade. Texto escrito para a 38ª Reunião nacional da ANPED – sessão especial.

Introdução

Enfrentamos desde o final do século passado uma situação de crise, nomeada, por muitos como a de ‘crise civilizatória’. Para Gramsci, (1978), as crises representam a luta dolorosa que se trava entre o velho e o novo. Na atualidade, o novo que desponta remete para o velho, para o retorno aos primórdios da constituição do capitalismo: terra sem lei, ou melhor, onde ‘a lei do capital’ imperava soberana.

E esse novo/velho, pode-se dizer, remontando a Marx, é ‘síntese de múltiplas determinações’ e exige, como alerta Freire, “não renunciar à luta pelo exercício de nossa capacidade e de nosso direito de decidir e de romper, sem o qual não reinventamos o mundo” (1995, p.23).

Para a escrita desse artigo, partimos de alguns lineamentos, entre os quais, destacamos: a) que sob o capitalismo, sociedade com marcada divisão social do trabalho, por classes sociais antagônicas, pela dicotomização do trabalho e ócio e pela desigualdade no usufruto do patrimônio científico e cultural, não tem jeito, a reinvenção do mundo, proposta por Freire, quer dizer, o campo do trabalho luta, tendo como parâmetro os direitos do gênero humano, para a obtenção do mínimo; b) o povo segue sendo o sujeito central do movimento gerador de mudanças, pelo simples fato de ser o que mais necessita de avanços, por menores que sejam, e porque, transformando-se em força política, barra retrocessos, institui direitos, luta para implementá-los; c) intelectuais e a classe trabalhadora, para que se adentrem na luta pela instituição de direitos ou para resistir a sua desconstituição, necessitam estar em comunicação e vinculados organicamente; d) os intelectuais não são neutros, e o ofício da pesquisa também não o é; e) no aspecto teórico metodológico, é importante retomar a análise da realidade tendo eixo a totalidade, a historicidade, as mediações e as contradições, o que também se nomeia de complexidade; f) a educação, quer escolar ou não escolar, conecta-se diretamente com a economia e a política, além da cultura, constituindo importante instrumento de reprodução sociocultural passiva; g) a ingenuidade levou a acreditar que, no Brasil (e no mundo), seria possível a universalização do Estado de Bem Estar Social e o que se presencia, em âmbito global, é um retrocesso, acompanhado de consequências que se manifestam no âmbito da sociabilidade humana e que impactam, como o galope do retorno da fome, literalmente, o nazifascismo e

xenofobias de toda a ordem, fragmentação e desconstituição de parâmetros mínimos no âmbito dos valores.

Com essa compreensão mais ampla, no presente artigo² pretende-se contribuir para o entendimento do contexto brasileiro atual e delinear alguns desafios para a pesquisa em educação.

1 Para além do Brasil: a crise é global e civilizatória

Marx, no século XIX (1888), alertava sobre o processo de acumulação, concentração e centralização de capitais; assim como sobre as crises cíclicas, de acumulação. Trotski (1905) evidenciou no início do século XX, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, entre nações e no interior de cada país. Fernandes (2009) estudou o desenvolvimento latino americano e brasileiro e um dos elementos que destacou foi o redirecionamento do padrão de acumulação de capital, a cada crise, sem, no entanto, existir a alteração dos pressupostos do modo de produção capitalista, conforme analisou Chauí (2007).

Para a autora, as transformações atuais colocam em questão a compreensão do Estado no modo de produção capitalista, evidenciando a necessidade de retomar a análise central de “*O Capital* [...] como crítica materialista da economia política burguesa, que separa, para poder melhor ocultar, as relações de classe e a exploração na qual se baseia” (CHAUI, 1982, p. 118).

O devir é a sucessão temporal dos modos de produção ou o movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão postas pelo novo modo de produção. O desenvolvimento é o movimento interno de um modo de produção para repor o seu pressuposto [...]; refere-se, portanto, a uma forma particular [...] de um modo de produção, cujo desenvolvimento é dito completo quando o sistema tem a capacidade para repor internamente e por inteiro o seu pressuposto. (CHAUI, 2007, p. 143).

A autora complementa, dizendo que “[...] a forma completa termina quando, ao repor completamente os seus pressupostos, põe uma contradição interna nova que ela não pode resolver sem se destruir.” (Idem, ibidem, p. 114). Isso revela a finitude da forma histórica e a infinitude do devir.

A organização e reorganização do Estado moderno acompanham esse movimento e embora esse processo não represente simplesmente o Estado como

² Para esse artigo, de cunho bibliográfico, utilizei, de pesquisas já realizadas: Paludo, 2001; Paludo; Vitoria (2014); Paludo (2015).

‘comitê executivo da burguesia’: a “existência da forma de política estatal é necessária à reprodução capitalista” (MASCARO, 2013, p. 61), como facilitadora da manutenção das relações sociais de exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, da mais-valia. O autor diz que essa relação contraditória entre as classes não fica evidente porque “abre-se a separação entre o domínio econômico e o domínio político” (2013, p. 17). A organização e o papel do Estado capitalista ficam explicitados com Poulantzas (1985). O autor compreende o Estado como condensador das relações de classe social, em desenvolvimento, em um dado momento histórico. O que nos direciona a um patamar mais elevado e complexo de entendimento da dinâmica social.

Foi assim que, globalmente, a partir dos anos 1970, viu-se o processo de acumulação do capital ser redirecionado. Do século XIV ao início do século XX, houve a predominância do capital no comando do conjunto das relações sociais. Após a segunda guerra mundial, em um contexto de Guerra Fria, sindicatos fortes, final da guerra e suas conseqüências, e exploração e espoliação do chamado terceiro mundo, o direcionamento do desenvolvimento, ainda entendido como crescimento econômico e avanço tecnológico, deu lugar ao que se conhece como Estado de Bem Estar Social que, como se sabe, consiste em uma crença de que o capitalismo possa ser humanizado.

[...] A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e por uma situação mais digna de trabalho construiu a experiência de determinado padrão de proteção social, no período de 1945 a 1975, nos países do centro do capitalismo. Para tanto, foi decisiva a intervenção do Estado acoplada com as políticas de cunho keynesiano/fordista, destacando-se as modificações redistributivas no orçamento público: pelo lado do financiamento, a implantação de sistemas tributários mais justos tendo como base a cobrança de impostos diretos e progressivos; pelo lado dos gastos, destaca-se, entre as políticas sociais, a edificação da seguridade social, articulando as políticas de seguros sociais, saúde e auxílios assistenciais. (SALVADOR, 2010, p. 607).

Na atualidade, o Estado de Bem Estar Social está sendo desconstituído. A crise do capital dos anos 1970, constituiu-se na condição de implementação do neoliberalismo, tendo como articuladores, ao longo do processo, uma série de organismos multilaterais, especialmente a partir do Consenso de Washington.

a teoria do “neoliberalismo” nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu

texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 1995, p. 9).

O neoliberalismo equivale ao domínio da economia sobre o social e foi intensificado no contexto da acumulação flexível, sendo também identificado como “liberalizante-privatizante, onde o foco principal é a manutenção da acumulação [...], onde o público dá lugar ao privado” (SOARES, 1998, p. 21).

O início deste período de crise e transição, do padrão de acumulação do capital, que levou a mudanças profundas, tanto no campo das relações de trabalho quanto na sociabilidade, foi analisado por Antunes (2011) como crise estrutural ou acumulação por espoliação.

Ao contrário, portanto, dos ciclos de expansão que conformaram o capitalismo ao longo de sua história, alternando períodos de expansão e crise, encontramos, desde fins dos anos 60 e início dos 70, mergulhados no que István Mészáros denomina como *depressed continuum* que exhibe as características de crise estrutural. (ANTUNES, 2011, p. 12).

É nesse cenário que o debate em torno da democracia ganha enorme destaque. Para Chauí (2007), a democracia, como expressão de um regime político, também deve ser analisada em sua relação com a estrutura da sociedade. Assim, embora ressalve a importância, em termos históricos do regime democrático liberal, evidencia seus limites.

Coutinho (1986, p. 145) define democracia como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social.

De acordo com os estudos que estamos realizando, é a partir da crise estrutural do capital e do redirecionamento do seu padrão de acumulação e, conseqüentemente dos processos produtivos, via a chamada reestruturação produtiva, embora não exclusivamente, que se podem compreender as guerras, as transformações no papel do Estado, a desconstituição das políticas públicas como direito, a sociabilidade que se torna mais e mais competitiva e o papel que se quer que a educação cumpra. Ou melhor, para continuar desempenhando o papel que historicamente desempenhou, a educação está em processo de adaptação às novas necessidades de manutenção e revigoramento do pressuposto do modo de produção capitalista, que acima abordamos. Com esse entendimento não há possibilidade de uma análise séria da realidade educacional sem o

pressuposto do vínculo com o modo de produção vigente e as relações impostas, pelo capital, ao Estado, que também sustenta as ações no campo da política educacional, dada a importância da mesma na internalização de valores que promova o aquietamento das classes populares e a adesão necessária.

Na perspectiva de análise acima colocada, a história do capitalismo é a história da re colocação dos seus pressupostos. “[...] O capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe.” (DIAS, s/d., p. 46).

As análises do momento atual são as de que o ideário neoliberal vem sofrendo uma espécie de aprofundamento. De início, a opção parecia ser a de uma mediação, também denominada de ‘terceira via’ ou ‘terceiro setor’, pela implementação das políticas distributivas de cunho compensatório, que garantiam não só votos como também a governabilidade na continuidade do modo de produção capitalista, obtida pelo consenso.

No entanto, na análise de Petras (2010, s/p.),

[...] a terceira via já chegou ao seu limite, especialmente na Europa e particularmente onde tudo começou, na Inglaterra. [...]. A terceira via não era realmente uma terceira via. Era uma forma de liberdade de mercado capitalista com aumento nos gastos sociais, sem a realização de mudanças estruturais. Então, quando a crise financeira veio, teve um impacto muito grande: incorporada à realização das políticas, estavam às ideias de que o sistema financeiro deveria ser poupado acima de tudo.

Pode-se dizer que gastos sociais e liberdade de mercado constituem uma contradição, no enfrentamento a crise estrutural do capital. A superação da crise do capital direciona a um retrocesso sem precedentes na história do capitalismo, a uma espécie de retorno ao início do mesmo.

Também, constata-se escassez de resistência, algo que seja efetivamente significativo, frente à avalanche de “destruição criativa”. Para Harvey, a questão central é a de que “[...] não há movimento anticapitalista suficientemente unificado.” (HARVEY, 2011, p. 184), o que gerou a “falta de uma visão alternativa que impede a formação de um movimento de oposição, e a ausência de tal movimento opõe-se à articulação de uma alternativa” (Idem, ibidem, p. 184). O mesmo autor aponta que a

primeira e mais importante ação, para um salto qualitativo, encaminharia para assumir o controle da produção e a distribuição de excedentes.

Sob a hegemonia do capital, com forte ideia do ‘fim da história’, avanço tecnológico sem precedentes, a intensificação da globalização, o fim do chamado socialismo real, a desorientação da esquerda, a adesão ao pós-moderno, entre tantos outros aspectos, o que se observa é o acirramento da luta de classes, o ressurgimento de práticas nazistas e fascistas, que eclodem nas mais diversas xenofobias, o aumento da fome no mundo, do desemprego, da violência, da fragmentação do tecido social e da perda de parâmetros éticos e morais de sociabilidade.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (ANDERSON, 1995, p. 20).

O contexto específico brasileiro se insere nesse espectro, nessa dinâmica global, que indica um desfecho nada auspicioso, se pensarmos como gênero humano.

2 O Brasil nisso tudo

O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e se encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucedem no decorrer do centênio anterior a este e no atual (Caio Prado Júnior, 1992, p. 10).

A história do Brasil, a par e a mercê de suas riquezas e belezas naturais, é uma triste história para os mais empobrecidos e para o se convencionou chamar de minorias, notadamente no que diz respeito à produção e reprodução da vida material e, conseqüentemente da espiritual.

Conectado ao capitalismo desde o início, no Brasil, as relações de dependência das metrópoles hegemônicas sempre estiveram presentes: Portugal, Inglaterra e Estados Unidos. Sob o modelo agrário exportador, que atravessou o império e foi efetivamente redirecionado na Revolução de 1930, ainda que não sem resistências e lutas, houve a dizimação dos indígenas, povos originários, e a escravidão dos negros.

O que ocorreu, segundo Ribeiro (1997), foi um processo civilizatório que se processou por “atualização ou incorporação histórica”, o que supõe a perda da autonomia étnica dos núcleos engajados, sua transfiguração e dominação.

Referindo-se a independência e ao império, Ianni (1996, p. 20), assim sintetiza o processo vivido:

A persistência do escravismo e os artifícios do manto monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, alheia aos interesses populares. A legitimidade alcançada pelos construtores do Estado nacional, quando se resolveram pelo regime monárquico, teve sempre o peso de uma legitimidade imposta não só pelo alto, mas estrangeira, no sentido de indiferente aos movimentos mais gerais da sociedade.

César Benjamim (1998, p. 25), analisa esse período como sendo um trânsito, cujas características centrais seriam:

- a) do encontro de grupos étnicos à formação de um povo dotado de identidade linguística e identidade cultural;
- b) dos governos coloniais a um Estado nacional capaz de cumprir funções estruturantes cada vez mais complexas;
- c) da prevalência do mercado externo à do mercado interno como fonte de estímulo aos setores mais dinâmicos da economia;
- d) da máxima apartação social (o escravismo) à cidadania e às aspirações de generalização de uma cidadania real;
- e) da fragmentação à unificação da base geográfica;
- f) do modelo primário exportador à predominância da indústria;
- g) da população dispersa no meio rural a uma sociedade urbanizada (BENJAMIM, 1998, p. 25).

A República trouxe um novo regime e, com ele, o modelo de substituição de importações.

[A República] consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico. As propostas alternativas de organização do poder, o republicanismo radical, a do socialismo e mesmo a do positivismo, derrotadas, foram postas de lado (CARVALHO, 1997, p. 162/3).

Com a República, a inversão que ocorre é que a hierarquia naturalizada é desfeita. O povo, majoritariamente escravos e indígenas, antes, particularidade disfuncional e necessária para a reprodução da riqueza, agora, constituem o universal, no qual todos, independentemente de raça e cor, idade, orientação sexual, gênero, religião ou posses, são considerados cidadãos perante a lei e todos podem, teoricamente, ascender socialmente (CHAUÍ, 1986). Nesse contexto, a ilustração, ideário cultural e

político, tem o seu encontro definitivo com o capitalismo. E é neste movimento que se forja o novo pensamento e práticas políticas hegemônicas. Analisando, o que ocorre, Salazar (1990) assevera que a integração de todo o povo é formal, visto que a segregação real continua, embora a forma seja diferenciada. É importante lembrar que a República também consolida o latifúndio, hoje transmutado em agronegócio. A Lei das Terras, de 1850, foi à primeira iniciativa no sentido de regulamentar a propriedade privada da terra no Brasil. E ainda na atualidade, indígenas, quilombolas e sem terra, lutam pela questão agrária.

A par dos novos ideários, o que ocorre é a ascensão da burguesia aliada às oligarquias agrárias. O poder doravante se concentra aí, até a Revolução de 1930, hegemônico pela oligarquia. Com a Revolução, existiu o aceleração da transição para o modelo de substituição de importações, também nomeado de desenvolvimentismo ou de industrialização. Os conflitos persistentes pela disputa de poder, somados a resistência popular do período e o contexto internacional, teve como desfecho, em 1937, o Estado Novo. O breve período democrático, que se inaugura em 1945, trouxe esperanças nas reformas de base, as quais foram frustradas e o resultante dos conflitos estabelecidos foi à ditadura de 1964.

Esta última opção traça mais uma ruptura histórica e coloca o Brasil num caminho de intensificação da perda de autonomia, embora sempre relativa em um mundo globalizado, para indicar seus próprios rumos e avançar nos direitos. De acordo com a análise de Frigoto (1991), desde os anos 30 do século XX, dois eixos polarizaram a luta pela definição do capitalismo brasileiro: a fortificação do mercado interno, perspectiva nacionalista – desenvolvimentista, e o capitalismo associado, intensificação da subordinação ao capitalismo transnacional e corporativo. A partir de 64, há uma clara opção pelo segundo eixo. Os partidários desta última opção defendiam que o processo de industrialização só seria possível com o capital internacional. Internamente, o governo deveria buscar a estabilidade econômica através da adoção de medidas monetaristas, para melhor adequar o Brasil aos padrões do comércio internacional. O nacionalismo inspirava-se nos princípios da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e rejeitava a abertura, sem restrições, da economia ao capital estrangeiro. A alternativa proposta era a de recorrer ao capital nacional para o desenvolvimento econômico autônomo do Brasil e solução dos problemas sociais. O Estado deveria mobilizar o capital necessário.

Após a ditadura de 1964, resultante de lutas e conectado com o movimento internacional, que se movia no direcionamento europeu e dos Estados Unidos ao Estado de Bem Estar Social, ocorreu o processo de democratização, com forte participação popular, que mais uma vez foi permeado de esperanças, que foram concretizadas na chamada Constituição Cidadã. Estamos no ano de 1988. Em 1989 há a primeira eleição direta para presidente do Brasil, o ‘Campo Democrático e Popular’, que se constitui ao longo da história brasileira, e se afirma no processo de lutas pela redemocratização, perde as eleições.

E esse é o início da caracterização do modelo neoliberal de desenvolvimento no Brasil. Iniciou-se no governo de Fernando Collor de Mello, na década de 1990 e consolidou-se massivamente nos anos seguintes por Fernando Henrique Cardoso, no processo das privatizações e reforma do Estado brasileiro.

Hoje, é possível observar que houve a continuidade desta política, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 e 2006, e Dilma Rousseff, em 2010. Ainda que se possa dizer que houve, nesses governos, a tentativa de implementação da ‘terceira via’, também chamada de ‘neodesenvolvimentismo’, que contou com o apoio de parte da burguesia industrial e financeira (na questão da terra não existiram progressos significativos), com o estreitamento das relações entre público e privado, com as ‘então’ chamadas políticas compensatórias, focadas na pobreza e nos extratos da classe média mais empobrecida, e com o quietismo da esquerda, que parecia assistir o que ocorria, o processo de implementação do neoliberalismo seguiu seu curso (ANTUNES, 2004).

Um balanço crítico desta opção, mais perceptível e melhor delineada nesta década, mas que se constitui desde os anos 1980, é oferecido por Benjamim:

- a) a condição colonial é reatualizada, pois o Estado volta a dedicar-se, principalmente, a intermediar a imposição, à nação, de diretrizes externas;
- b) o mercado internacional volta a predominar como estimulador dos centros dinâmicos da nossa economia;
- c) a base produtiva se fragiliza e as vulnerabilidades externas aumentam dramaticamente;
- d) o núcleo moderno da economia deixa de fornecer mão-de-obra;
- e) cresce a apartação que separa os brasileiros entre si;
- f) o território se fragmenta segundo lógicas excludentes;
- g) a identidade cultural se degrada.

Pela primeira vez na história contemporânea, governo e elites se descomprometem explicitamente com a continuidade do processo industrializador - e com a própria ideia de desenvolvimento - que cimentou o

acordo político social básico do Brasil neste século e conferiu relativa estabilidade a uma sociedade tão desigual (BENJAMIM, 1998, p. 60).

A presidente Dilma Rousseff é reeleita em 2014 e em 2016 há o processo do seu impedimento. O que se caracteriza como um golpe de Estado, ainda que exista quem defenda e analise de que não o seja

A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversas matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras (JINKINGS, 2016, p.12).

De acordo com a autora, três aspectos são importantes na origem da crise: a) o abandono das promessas de campanha da presidente, assumindo o Programa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); b) o documento, ‘Uma ponte para o futuro’, que foi publicado em 29 de outubro de 2015, como lançamento oficial da proposta de um novo governo para o Brasil. O referido documento foi apresentado pelo Partido Democrático Brasileiro (PMDB). Ele apresenta um programa de governo, político e econômico que contou com o apoio do movimento ‘Pró-Impeachment’ e pelos que detém a hegemonia da imprensa brasileira. Nele estão contidos os lineamentos centrais da política atual; c) o agravamento repentino do quadro econômico e uma recessão, que foi planejada, derrubaram o PIB e criaram um cenário de muita vulnerabilidade.

Novamente, o que se percebe é que mais uma vez, no decorrer do conjunto dos governos petistas, houve a divisão da burguesia interna. Novamente vive-se, ainda que de forma atualizada, a disputa para a direção de desenvolvimento, de modo articulado e subordinado ao capital internacional. Para Boto Jr (2016), de um lado o governo e aliados, inclusive setores representativos do capital (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo– Fiesp), que buscavam crescimento econômico com forte participação das empresas nacionais, distribuição de renda e a melhoria de vida das classes populares e de extratos mais desfavorecidos da classe média, uma política cultural mais favorável à aceitação da diversidade e acesso a escolarização, e, externamente, deixam de ter um alinhamento passivo com os Estados Unidos, implementando uma política de estreitamento das relações com América Latina e Caribe, África e Ásia. De outro lado, os neoliberais e seus aliados: os representantes do capital, que representam a burguesia integrada ao capital internacional, industrial, financeiro e agrário.

Com o aprofundamento do cenário que originou a crise, cujos fatores estão acima elencados, o ‘neodesenvolvimentismo’ perde o apoio dos setores do capital que o sustentavam, da classe média, nos extratos médio e alto (com manifestações de massa), mídia e judiciário. O desfecho do golpe foi e é a implementação do neoliberalismo em seu estado ‘duro e puro’.

Lowy explicita, fazendo uma distinção, entre o que se chama de esquerda, que sintetiza o que ocorreu aqui no Brasil e, em grande parte na América Latina. Há, segundo o autor, dois governos de esquerda:

As coalisões social-liberais, que rompem com os fundamentos do “Consenso de Washington”, mas realizam várias medidas sociais progressistas. O princípio básico desse tipo de governo é fazer tudo o que é possível para melhorar a situação dos pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos ricos... O governo de esquerda ou centro-esquerda no Brasil (antes da crise atual), do Uruguai e do Chile são exemplos evidentes desse modelo.

Governos antioligárquicos, antineoliberais e anti-imperialistas, que colocam como horizonte histórico o socialismo do século XXI. A Venezuela, Bolívia e Equador pertencem a essa categoria.

Outros governos de esquerda, no Paraguai, na Nicarágua, em El Salvador e Argentina eram situados no meio do caminho ou a margem desses dois tipos (LOWY, 2016, p.62).

É assim que todas as reformas propostas pelo atual governo, Trabalhista, PEC dos gastos, da Previdência, da Educação, Tributária, Política, juntamente com a da Educação, além de constituírem uma totalidade, tem como meta mudar o rumo do desenvolvimento brasileiro e, conseqüentemente, garantir o processo de acumulação do capital, mesmo que isso signifique um grande retrocesso, em termos de direitos e de padrões mínimos de sociabilidade humanos.

Essa desidentidade entre indivíduo e gênero humano - e as múltiplas formas de estranhamento que daí decorrem - se universaliza sobre a produção generalizada de mercadorias, apesar de esta oferecer, pela primeira vez, as possibilidades para a multilateralidade humana. Mas, ao invés do homem voltado para-si-mesmo-conscientemente-como-gênero, tem-se o seu contrário. Nas palavras de Agnes Heller: “ao mesmo tempo que o capitalismo produz necessidades ‘múltiplas e ricas’, provoca o empobrecimento do homem e converte o ser que trabalha em um ser isento de necessidades”. Constata-se, pois, um processo de homogeneização e redução das necessidades do ser social que trabalha, que deve privar-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo (ANTUNES, 1997, p.116).

É no interior desse processo que as reformas educacionais ganham sentido concreto, desvinculado de idealismos. É necessário, a obtenção de consensos e para isso

precisa-se formar mentalidades aderentes e adaptadas a essa nova perspectiva de desenvolvimento, que corresponde às exigências do novo padrão de acumulação do capital. Parte desta ‘nova’ consciência social é garantida pela mídia, notadamente a televisiva, e parte, bem importante, cabe ao sistema educacional, notadamente ao público, que é onde estão os trabalhadores e seus filhos. O que se vive, de acordo com Iasi (2014) é a ‘adaptação da realidade’ aos interesses do capital. Profundamente ideológicas, por exemplo, a mídia, e a proposta da ‘escola sem partido’, invertem, ocultam, naturalizam, justificam e apresentam o particular como se fosse universal. O contexto diz da urgência de reunificar, na análise da realidade, a economia, a política, a cultura e a educação.

Ainda que se observem resistências a este processo, é possível verificar que são bastante desarticuladas e que não existem unidades, aspectos indenitários que possibilitem a unidade na ação, por parte do campo do trabalho. De um lado a aposta em 2018, o que significa continuar insistindo na mudança apenas por dentro do Estado, e a continuidade do distanciamento com os trabalhadores mais empobrecidos e suas organizações e, de outro, os que estão convencidos de que a luta massiva deveria acontecer desde já. De modo geral, não é difícil poder afirmar que há uma espécie de internalização desse novo/velho modo de vida proposto, o que evidencia a hegemonia do campo que está no poder, mesclado por uma espécie de perda da esperança e descrédito quanto às possibilidades emancipatórias sob o sistema do capital. Destaca-se o papel da mídia, que consegue massificar a ideia de que o problema central é a corrupção dos políticos e do partido que estava no governo.

Conclusões e desafios para a pesquisa

O Brasil acompanhou e acompanha a lógica do sociometabolismo do capital, ou seja, da “acumulação, concentração e centralização”, já preconizada por Marx, apesar das teorias que postulam que se esteja vivendo numa sociedade pós-industrial, de conhecimento, etc. Essa lógica é dada pelas elites externas, articuladas internamente e, ao longo da história brasileira, sempre foram de cima para baixo, no que diz respeito à política. Na atualidade, o desfecho da crise do capital, e seu novo padrão de acumulação, desconstituem e não instituem direitos, de todas as ordens. Assim como, apesar das possibilidades abertas pelo grande avanço tecnológico, apontam para o

retrocesso nas relações de trabalho, para um patamar inferior ao que se tinha conquistado, traduzido nos direitos trabalhistas.

O novo direcionamento do desenvolvimento, apoiado pelos Estados Unidos da América, está sendo imposto, internamente, pelas reformas, que são exigidas pelos organismos multilaterais, e conta com a mídia, o judiciário, presidente (partidos) e seus adeptos e com a violência simbólica e física, literalmente. A corrupção desenfreada é mais um elemento forte desse novo direcionamento, assim como o assalto do público pelo privado nacional, internacional e em parcerias entre ambos. Da mesma forma, o retorno para relações de superexploração da força de trabalho, inclusive infantil, massas desempregadas e subempregadas e a violência e xenofobias de todo o tipo que se constituem e são estimuladas (vide Bolsonaro), colocam-se explicitamente a favor do capital, agrário, industrial e financeiro, de poucos, portanto.

É evidente, também, que o desejo e a prática de uma sociabilidade solidária e de uma educação como ‘prática da liberdade’ ou emancipatória, choca-se com esse direcionamento. Dele pode-se esperar, no que tange a educação, o aumento do analfabetismo e do analfabetismo funcional, além de uma formação estreita e limitada teoricamente, notadamente para as classes populares.

Frente a esse contexto, elenco três desafios que considero centrais para os pesquisadores e para as pesquisas. O primeiro diz respeito à revisão do referencial teórico metodológico que sustenta o ofício de pesquisador, não é mais possível análises que não considerem as relações entre parte e totalidade; o segundo é a necessidade de debruçarem-se sobre a teoria, revisitando conceitos e categorias fundamentais para a análise os fenômenos, como exemplos se podem citar: o Estado, sua diferenciação de governo e o papel que cumpre na sociedade de classes; política pública e o papel que cumpre na sociedade capitalista; democracia; trabalho, sua importância para a produção da vida humana; relação trabalho, política, cultura e condições dignas de vida; o terceiro é o de assumir a perspectiva da transformação radical da sociedade, com pesquisas articuladas, aqui no Brasil, mas também na América Latina e outros países, e estreitar laços e articulações com extratos da classe trabalhadora e suas reivindicações: terra, teto, trabalho, moradia, de defesa intransigente de todos os demais direitos: denunciar condições de vida e xenofobias e ao mesmo tempo contribuir na formulação das possibilidades. O grande desafio, para os pesquisadores, é o de assumir a dimensão política do pensar e fazer pesquisa.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 4. ed., SP, Cortez & UNICAMP, 1997.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- _____. Introdução: a substância da crise. In: MÉSZÁROS, Stván. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BOITO JR., Aramando. Os atores e o enredo da crise política. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. SP: Boitempo, 2016.
- BENJAMIM, César et alii. **A opção brasileira**. RJ, Contraponto, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. SP, Companhia das Letras, 1997.
- COUTINHO, Weffort et alii. **As esquerdas e a democracia**. RJ, Paz e Terra, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. SP, Brasiliense, 1986.
- _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982
- _____. A história no pensamento de Marx. In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes**. Revista Outubro – http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf. Acessado em 10/02/2016.
- FREIRE, Paulo. *À Sombra desta Mangueira*. SP, Olho d'água. 1995.
- FRIGOTO, Gaudêncio. **O contexto sociopolítico brasileiro e a educação nas décadas de 70/90**. Contexto & Educação. Unijuí, ano 6, n. 24, 1991.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classe social na América Latina**. Apresentação de Ricardo Antunes. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. SP, Martins Fontes, 1978.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peshanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IANNI, Octávio. **A Ideia de Brasil Moderno**. SP, Brasiliense, 1996.
- IASI, Mauro. **O socialismo, o idiota e a ideologia**. <https://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-socialismo-o-idiota-e-a-ideologia/>. Acesso em 10/08/2017.
- JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. SP: Boitempo, 2016.
- LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. SP: Boitempo, 2016.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1 - O processo de produção do capital. 12. ed., RJ, Bertrand, Volume I, 1988.
- PALUDO, Conceição. **Educação popular como resistência e emancipação humana**. Cadernos CEDES, v. 35, p. 219-238, n. 2015.
- PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático Popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- _____; VITORIA, F. B. **Contribuições do materialismo histórico-dialético para a investigação das políticas sociais**. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Org.). O método dialético na pesquisa em educação. 1ªed. Brasília: Autores Associados, 2014, p.99-130.
- PETRAS, James **A deterioração econômica da Europa**. Revista do Instituto Humanitas da Unisinos, n. 330. Ano X, 24/05/2010. Entrevista de Graziela Wolfart, Márcia Junges e Patricia Fachin. Tradução de Lucas Schlupp. http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3231&secao=330 – Acessado em 12/02/2016.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22. ed., SP, Brasiliense, 1992.
- POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed., SP, Companhia das letras, 1997.
- SOARES, Laura Tavares R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. RJ: UFRJ, 1998.
- SALAZAR, Gabriel. **Integración Formal e Segregación Real: matriz histórica de la autoeducación popular**. In Martinic & Horacio. Profesionales en la acción. Una mirada crítica a la educación popular. Santiago-Chile, CIDE, 1990
- SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. **Revista Serviço. Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.
- TROTSKI, Léon. IN LOWWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>. Acesso em 10/07/2017.